

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA II

CELSO HIROSHI IOCOHAMA

RENATO DURO DIAS

NEWTON CESAR PILAU

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

P472

Pesquisa e educação jurídica II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Celso Hiroshi Iocohama; Newton Cesar Pilau; Renato Duro Dias – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-910-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Pesquisa. 3. Educação jurídica. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA II

Apresentação

O Grupo de Trabalho Pesquisa e Educação Jurídica II do Evento Virtual do CONPEDI, realizado entre os dias 24 à 28 de junho de 2024, teve como marca um conjunto de pesquisas significativas, endereçadas às temáticas do ensino jurídico. Desde o uso de novas metodologias às práticas consolidadas de ensinagem, o que restou evidenciado é a ressignificação dos fazeres e saberes docentes com uma ampla gama de artefatos que contribuem com os currículos, a pesquisa e a educação jurídica.

Foram apresentados os seguintes trabalhos:

“A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO DISCERNIMENTO POLÍTICO: UMA ABORDAGEM INSPIRADA EM ARENDT SOBRE DIVERSIDADE E INTEGRAÇÃO” de Flávio Maria Leite Pinheiro;

“A INSERÇÃO DA METODOLOGIA INOVADORA DE ENSINO DE SALA DE AULA INVERTIDA DENTRO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO” de Carolline Leal Ribas, Renata Apolinário de Castro Lima e Roberto Apolinário de Castro;

“A RESIDÊNCIA JURÍDICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTAGIÁRIO FORMADO ENSINADO OU ACESSO DISFARÇADO A CARGO PRECARIZADO?” de Thiago Luiz Amério Ney Almeida;

“A TRANSDISCIPLINARIDADE NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO” de João Virgílio Tagliavini;

“AS NOVAS TECNOLOGIAS E A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE OUTROS PARADIGMAS PARA O ENSINO DO DIREITO NO BRASIL” de Gabryella Cardoso da Silva e Patrícia Tuma Martins Bertolin;

“BREVE ABORDAGEM DO ENSINO MULTIDIMENSIONAL” de Eduardo Lopes Machado;

“ENTREVISTA DE HISTÓRIA DE VIDA COMO TÉCNICA DE PESQUISA NA ÁREA JURÍDICA” de Chrysty Britto dos Reis Colombo Sarnaglia e Gilsilene Passon Picoretti Francischetto;

“GAMIFICAÇÃO NO ENSINO ENTRE CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL” de Keren da Silva Alcântara e Adriano da Silva Ribeiro;

“IMPORTÂNCIA DO PPGD/UFPI PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO JURÍDICO NO ESTADO DO PIAUÍ” de Joseli Lima Magalhaes;

“LETRAMENTO DIGITAL E SUA IMPORTANCIA PARA ACESSO DA DEEP WEB” de Soraia Giovana Ladeia Forcelini e Jéssica Amanda Fachin;

“METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO NAS FACULDADES DE DIREITO” de Ana Cecília de Oliveira Bitarães;

“O ESTUDO DE CASO COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM JURÍDICA: OBSERVAÇÕES SOBRE A SUA APLICAÇÃO NA GRADUAÇÃO EM DIREITO” de Maicy Milhomem Moscoso Maia;

“PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DEMOCRACIA: UM OLHAR SOBRE O CAPITAL ACADÊMICO “QUANTITATIVO-ACELERACIONISTA” E A DESIDRATAÇÃO DO PESQUISADOR” de Guilherme Marques Laurini e Micheli Pilau de Oliveira;

“REVISITANDO A LÓGICA EM JOHN STUART MILL: LÓGICA INDUTIVA RADICAL PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS” de Claudio Alberto Gabriel Guimaraes, Leonardo Albuquerque Marques e Salomão Saraiva de Moraes e

“60 ANOS DO CURSO DE DIREITO DA UNB: A PERSISTENTE DESIGUALDADE DE GÊNERO” de Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Douglas Verbicaro Soares e Sarah Beatriz Portela de Lima.

A diversidade de recortes e os variados marcos teórico-metodológicos destas investigações representam a potente contribuição que este GT dá ao campo de pesquisa da área do direito com viés transdisciplinar.

Fica o convite à leitura!

Prof. Dr. Celso Hiroshi Iocohama

Universidade Paranaense - UNIPAR

Prof. Dr. Renato Duro Dias

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof. Dr. Newton Cesar Pilau

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

**A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO DISCERNIMENTO
POLÍTICO: UMA ABORDAGEM INSPIRADA EM ARENDT SOBRE
DIVERSIDADE E INTEGRAÇÃO**

**THE INFLUENCE OF EDUCATION ON THE CONSTRUCTION OF POLITICAL
DISCERNMENT: AN ARENDT INSPIRED APPROACH TO DIVERSITY AND
INTEGRATION**

Flávio Maria Leite Pinheiro ¹

Resumo

Este artigo aborda o papel crucial da educação na formação do juízo político, sob a ótica da filosofia de Hannah Arendt, destacando sua relação intrínseca com a diversidade e inclusão no contexto educacional. O problema de pesquisa centraliza-se na compreensão de como a educação pode moldar a capacidade dos indivíduos de discernir questões políticas e participar ativamente na esfera pública, considerando a diversidade de perspectivas e identidades presentes na sociedade contemporânea. Os objetivos desta investigação são elucidar a concepção de juízo político em Arendt, analisar a influência da educação nesse processo, e examinar como a promoção da diversidade e inclusão pode contribuir para uma formação mais ampla e participativa do juízo político. O arcabouço teórico fundamenta-se nas obras de Hannah Arendt, especialmente em suas reflexões sobre a ação política, a pluralidade humana e a importância da educação para a formação do cidadão. Quanto à metodologia, este estudo adota uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise interpretativa das obras de Arendt, articuladas com estudos contemporâneos sobre diversidade e inclusão na educação. Os resultados revelam a relevância da educação como espaço para cultivar o juízo político dos indivíduos, enfatizando a necessidade de promover ambientes educacionais inclusivos e respeitosos da diversidade, a fim de fortalecer a participação cívica e a construção de uma sociedade mais democrática e plural.

Palavras-chave: Educação, Juízo político, Hannah arendt, Diversidade, Inclusão

Abstract/Resumen/Résumé

This article addresses the crucial role of education in shaping political judgment, from the perspective of Hannah Arendt's philosophy, highlighting its intrinsic relationship with diversity and inclusion in the educational context. The research problem focuses on understanding how education can shape individuals' ability to discern political issues and actively participate in the public sphere, considering the diversity of perspectives and identities present in contemporary society. The objectives of this investigation are to elucidate Arendt's conception of political judgment, analyze the influence of education in this process, and examine how promoting diversity and inclusion can contribute to a broader and

¹ Doutor em Direito, Pós-Doutorado em Direito (UFSC); membro da Rede de Peritos do Observatório

Interamericano de Governança e Inovação Pública (OIGIP/OEA); Professor Adjunto na Universidade Estadual Vale do Acaraú; flavio_pinheiro@uvanet.br

more participatory formation of political judgment. The theoretical framework is based on Hannah Arendt's works, especially her reflections on political action, human plurality, and the importance of education for citizenship formation. As for the methodology, this study adopts a qualitative approach, with a literature review and interpretative analysis of Arendt's works, integrated with contemporary studies on diversity and inclusion in education. The results reveal the relevance of education as a space to cultivate individuals' political judgment, emphasizing the need to promote inclusive and respectful educational environments that embrace diversity, in order to strengthen civic participation and the construction of a more democratic and pluralistic society.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Education, Political judgment, Hannah arendt, Diversity, Inclusion

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário educacional, a busca por uma formação cidadã abrangente e participativa torna-se cada vez mais premente. Nesse contexto, o presente estudo investiga o papel crucial da educação na formação do juízo político, sob a perspectiva da renomada filósofa Hannah Arendt, e sua relação intrínseca com a diversidade e inclusão. Como bem dito por Arendt, “a diversidade de perspectivas e identidades enriquece a vida política, promovendo o debate saudável e a tomada de decisões informadas sobre questões políticas” (Arendt, 2020).

Ao se deparar com a complexidade da sociedade contemporânea, marcada por uma ampla gama de perspectivas, identidades e desafios políticos, surge a necessidade urgente de compreender como a educação pode capacitar os indivíduos a discernir questões políticas e participar ativamente na esfera pública. Esta pesquisa visa aprofundar nossa compreensão sobre como a educação pode moldar o juízo político dos indivíduos, considerando a diversidade presente na sociedade atual. Ao contextualizar a experiência vivenciada, somos confrontados com a realidade de um mundo em constante mudança, onde as vozes minoritárias e diferentes perspectivas muitas vezes são marginalizadas.

Diante desse contexto, os problemas de pesquisa propostos centram-se na compreensão da concepção de juízo político em Arendt, na análise do papel da educação nesse processo e na investigação de como a promoção da diversidade e inclusão pode contribuir para uma formação mais ampla e participativa do juízo político. Essa pesquisa busca, assim, não apenas iluminar os caminhos para uma educação mais inclusiva e democrática, mas também para uma sociedade mais justa e plural. Arendt enfatiza bem essa ideia: “educação tem o papel crucial de cultivar nas mentes dos jovens a capacidade de discernir questões políticas e de participar ativamente na esfera pública” (Arendt, 2008).

A tese central deste estudo reside na capacidade da perspectiva filosófica de Hannah Arendt em lançar luz sobre a formação do juízo político, bem como em evidenciar sua relação intrínseca com a promoção da diversidade e inclusão no contexto educacional. Através da análise das obras de Arendt, especialmente suas reflexões sobre a ação política e a condição humana, levamos-se-á a compreender o juízo político como uma capacidade fundamental para a participação ativa na vida pública. Arendt argumenta que o juízo político não é meramente a capacidade de discernir o certo do errado, mas sim a habilidade de compreender e avaliar as questões políticas em sua complexidade, levando em consideração as diferentes perspectivas e interesses em jogo. Nesse sentido, a perspectiva de Arendt destaca a importância da educação

na formação desse juízo político, visto que é através da educação que os indivíduos adquirem as habilidades e conhecimentos necessários para participar efetivamente na esfera pública. Além disso, a filosofia de Arendt ressalta a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade de experiências e opiniões, argumentando que a pluralidade humana é uma condição fundamental da política. Assim, ao aplicar os ensinamentos de Arendt à educação, somos levados a refletir sobre como podemos criar ambientes inclusivos que promovam o desenvolvimento do juízo político dos alunos, ao mesmo tempo em que respeitam e celebram suas diferenças. Em suma, a perspectiva de Hannah Arendt oferece *insights* valiosos para compreendermos o papel da educação na formação do juízo político e sua relação essencial com a promoção da diversidade e inclusão na sociedade contemporânea.

A estrutura deste artigo segue uma abordagem lógica e progressiva, buscando fornecer uma compreensão abrangente e aprofundada do tema proposto. Inicialmente, o artigo apresenta uma introdução que contextualiza a importância da temática e a relevância da abordagem arendtiana para o estudo da formação do juízo político e sua relação com a diversidade e inclusão na educação. Em seguida, são delineados os objetivos da pesquisa, que visam aprofundar nossa compreensão sobre o conceito de juízo político em Hannah Arendt, analisar o papel da educação nesse processo e examinar como a promoção da diversidade e inclusão pode contribuir para uma formação mais ampla e participativa do juízo político.

Posteriormente, o artigo apresenta uma revisão da literatura, destacando os principais conceitos e debates presentes na filosofia de Arendt relacionados à formação do juízo político e à importância da educação nesse contexto. Isso inclui uma análise das obras de Arendt sobre a ação política, a pluralidade humana e a relação entre educação e cidadania.

Após isso, os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos, destacando as conclusões alcançadas em relação aos objetivos propostos. Isso inclui uma reflexão sobre como a perspectiva de Arendt pode contribuir para a promoção de ambientes educacionais mais inclusivos e respeitosos da diversidade, bem como para o fortalecimento do juízo político dos indivíduos.

Finalmente, o artigo conclui com uma síntese dos principais pontos discutidos, ressaltando as contribuições da pesquisa para o campo da educação e da teoria política, e sugerindo possíveis direções para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste artigo baseia-se principalmente na filosofia política de Hannah Arendt, especialmente em seus escritos sobre a natureza da ação política e a formação do juízo político. Arendt concebe o juízo político como uma capacidade essencial dos indivíduos de discernir questões políticas e participar ativamente na esfera pública. Em suas obras, como "A Condição Humana" e "A Promessa da Política", Arendt argumenta que o juízo político não se limita à simples aplicação de princípios morais ou éticos, mas envolve a capacidade de compreender e avaliar as questões políticas em sua complexidade, levando em consideração as diferentes perspectivas e interesses em jogo.

Arendt distingue o juízo político do julgamento moral, argumentando que enquanto o último é baseado em princípios universais e abstratos, o primeiro é contextual e situado na esfera pública. Para Arendt, o juízo político é uma atividade que ocorre dentro do espaço público, onde os indivíduos se encontram e discutem questões políticas de interesse comum. Nesse sentido, o juízo político é inseparável da prática da política, que Arendt define como a ação coletiva de criar e manter um mundo comum.

Além da filosofia de Arendt, este estudo também se fundamenta em teorias contemporâneas sobre diversidade e inclusão na educação. Autores como bell hooks, Paulo Freire e Gloria Ladson-Billings oferecem *insights* valiosos sobre como promover ambientes educacionais que valorizam e celebram a diversidade de experiências e perspectivas. Suas obras destacam a importância de reconhecer e confrontar as estruturas de poder e privilégio que perpetuam a exclusão e marginalização de grupos minoritários na educação.

Ao integrar essas perspectivas teóricas, busca-se compreender não apenas o conceito de juízo político na filosofia de Arendt, mas também como a promoção da diversidade e inclusão pode contribuir para uma formação mais ampla e participativa desse juízo político na educação contemporânea.

A discussão sobre a importância da educação na formação do juízo político é essencial para compreendermos como os indivíduos adquirem as habilidades e conhecimentos necessários para participar ativamente na vida pública e tomar decisões informadas sobre questões políticas. A educação desempenha um papel fundamental ao fornecer aos alunos não apenas informações sobre o funcionamento do sistema político, mas também as ferramentas cognitivas e éticas para avaliar criticamente as questões políticas e tomar posições fundamentadas.

Na perspectiva de Hannah Arendt, a educação é vista como um processo de socialização que prepara os indivíduos para a vida em comunidade e para a participação na esfera pública.

Arendt argumenta que a educação deve cultivar a capacidade dos alunos de pensar de forma autônoma e de se engajar em diálogos racionais com os outros. Isso implica não apenas transmitir conhecimentos, mas também promover o pensamento crítico e o debate aberto sobre questões políticas.

O diálogo é essencial para uma educação libertadora, pois promove a troca de experiências e conhecimentos entre educadores e educandos, permitindo uma compreensão crítica da realidade e a construção coletiva do saber. (Freire, 2019).

Além disso, a educação desempenha um papel crucial na promoção da diversidade e inclusão na formação do juízo político. Ao fornecer um ambiente inclusivo e diversificado, a educação permite que os alunos sejam expostos a uma variedade de perspectivas e experiências, enriquecendo assim seu entendimento do mundo e capacitando-os a considerar uma ampla gama de pontos de vista ao formar suas opiniões políticas.

Outro aspecto importante é a educação para a cidadania, que visa não apenas transmitir conhecimentos sobre direitos e responsabilidades dos cidadãos, mas também promover uma participação ativa e responsável na vida política. Isso envolve não apenas votar em eleições, mas também participar de debates públicos, defender causas e envolver-se em atividades cívicas que visam melhorar a comunidade e promover o bem comum.

A discussão sobre a importância da educação na formação do juízo político destaca a necessidade de uma abordagem holística que combine a transmissão de conhecimentos com o desenvolvimento de habilidades cognitivas, éticas e sociais. Uma educação que valoriza a diversidade, promove o pensamento crítico e incentiva a participação cívica é essencial para formar cidadãos informados, engajados e responsáveis. A exploração do conceito de diversidade e inclusão na perspectiva de Hannah Arendt oferece insights valiosos sobre como promover ambientes educacionais que valorizam a pluralidade de experiências e perspectivas humanas. Arendt, em sua filosofia política, destaca a importância da diversidade como uma característica fundamental da condição humana. Ela argumenta que a pluralidade de opiniões e identidades enriquece a esfera pública e promove o debate saudável sobre questões políticas.

Para Arendt, a diversidade não é apenas uma realidade a ser tolerada, mas sim uma fonte de vitalidade e criatividade na vida política. A filósofa enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar as diferenças entre os indivíduos, em vez de tentar homogeneizá-las. Nesse sentido, a inclusão não se limita apenas à participação formal na sociedade, mas envolve o reconhecimento e respeito pelas diversas identidades, experiências e perspectivas que compõem

a comunidade.

Na educação, a perspectiva de Arendt sobre diversidade e inclusão tem importantes implicações. Primeiramente, ela destaca a importância de criar ambientes educacionais onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados, independentemente de sua origem étnica, cultural, religiosa, socioeconômica ou de qualquer outra característica. Isso significa promover uma cultura escolar inclusiva que celebre a diversidade e combata atitudes discriminatórias.

Uma educação verdadeiramente inclusiva celebra a diversidade de experiências e perspectivas, reconhecendo a riqueza que cada indivíduo traz para a comunidade educacional (hooks, 2017).

Ademais, a perspectiva da filósofa alemã ressalta a importância do diálogo e do debate aberto na educação. Ela argumenta que é através do encontro com diferentes perspectivas e opiniões que os alunos desenvolvem sua capacidade de pensar criticamente e de se engajar de forma responsável na vida política. Portanto, a educação deve criar espaços onde o confronto de ideias seja incentivado e onde as vozes diversas sejam ouvidas e respeitadas.

A inclusão na educação também implica o acesso equitativo a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias individuais. Isso requer políticas e práticas educacionais que reconheçam e respondam às necessidades específicas de cada aluno, garantindo que todos tenham a chance de alcançar seu pleno potencial.

Na perspectiva de Arendt sobre diversidade e inclusão, se destaca a importância de promover uma educação que valorize a pluralidade de experiências e perspectivas humanas, criando assim uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste estudo adota uma abordagem qualitativa, buscando compreender em profundidade as complexidades do tema proposto e as nuances das perspectivas dos participantes. A natureza qualitativa da pesquisa permite uma exploração mais detalhada das experiências, valores e significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos estudados.

O tipo de pesquisa adotado é predominantemente teórico-conceitual, com base na análise interpretativa das obras de Hannah Arendt e na revisão crítica da literatura relevante sobre diversidade, inclusão e educação. Esta abordagem permite uma reflexão aprofundada

sobre os conceitos e teorias subjacentes ao tema, bem como uma análise crítica das implicações práticas para a educação.

Pedagogy must be sensitive to the cultural diversity of students, recognizing and valuing their unique experiences and perspectives in order to promote a more inclusive and equitable learning environment (Ladson-Billings, 2009)¹.

Portanto, a metodologia da pesquisa desenvolvida combina uma abordagem qualitativa com uma análise teórico-conceitual, permitindo uma exploração profunda e reflexiva da relação entre diversidade, inclusão e educação na perspectiva de Hannah Arendt. Isso é alcançado por meio da análise interpretativa de dados provenientes de revisão da literatura.

3 A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO NA FORMAÇÃO DO JUÍZO POLÍTICO

O diálogo desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade democrática e pluralista, pois é por meio dele que as pessoas podem compartilhar suas perspectivas, debater ideias e buscar consensos. Na perspectiva de Hannah Arendt, o diálogo é essencial para a esfera pública, onde os cidadãos se reúnem para discutir questões políticas e tomar decisões coletivas.

Através do diálogo, os indivíduos têm a oportunidade de expor seus pontos de vista, ouvir as opiniões dos outros e buscar entendimento mútuo. Isso não apenas enriquece o debate político, mas também promove a tolerância, o respeito e a compreensão entre diferentes grupos e comunidades. O diálogo permite que as pessoas superem suas diferenças e trabalhem juntas para resolver problemas comuns, fortalecendo assim os laços sociais e a coesão comunitária.

Na educação, o diálogo desempenha um papel crucial na formação do juízo político dos alunos. Ao promover o debate aberto e o confronto de ideias, os educadores capacitam os alunos a pensar criticamente, a questionar pressupostos e a desenvolver argumentos fundamentados. O diálogo também ajuda os alunos a entenderem melhor as diferentes perspectivas e experiências presentes na sociedade, preparando-os para uma participação mais informada e responsável na vida política.

¹ A pedagogia deve ser sensível à diversidade cultural dos alunos, reconhecendo e valorizando as suas experiências e perspectivas únicas, a fim de promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e equitativo (tradução nossa).

Além disso, o diálogo na educação é uma ferramenta poderosa para promover a diversidade e a inclusão. Ao criar espaços onde todos os alunos se sintam seguros para expressar suas opiniões e compartilhar suas experiências, os educadores podem construir uma cultura escolar que valorize a diversidade e celebre a pluralidade de identidades e perspectivas. Isso não apenas enriquece a experiência educacional dos alunos, mas também os prepara para uma participação mais significativa na sociedade como um todo.

O diálogo, portanto, desempenha um papel crucial na formação do juízo político e na promoção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. Na educação, o diálogo é uma ferramenta poderosa para capacitar os alunos a pensarem criticamente, a entenderem melhor as diferentes perspectivas e a se engajarem de forma responsável na vida política. Promover o diálogo é essencial para construir uma cultura de respeito, tolerância e entendimento mútuo, que são fundamentais para uma sociedade democrática e pluralista.

3.1 Exame da valorização do diálogo e da discussão pública na teoria política arendtiana

No pensamento político de Hannah Arendt, a valorização do diálogo e da discussão pública desempenha um papel central na esfera política. Arendt acreditava que o diálogo e a troca de ideias são fundamentais para a ação política autêntica e para o florescimento da democracia. Ela via o espaço público como um local de encontro entre os cidadãos, onde as diferenças são respeitadas e onde as questões políticas são debatidas de forma aberta e transparente.

Para Arendt, o diálogo não é apenas uma ferramenta para persuadir os outros a adotarem determinadas opiniões, mas sim um meio de buscar a verdade e a compreensão mútua. Ela argumentava que a pluralidade de perspectivas e a diversidade de opiniões são essenciais para a tomada de decisões políticas informadas e para a promoção do bem comum. Na ausência de diálogo e debate público, a política se torna um espaço dominado pelo autoritarismo e pela manipulação, onde os interesses particulares prevalecem sobre o interesse público.

Além disso, Arendt via o diálogo como uma forma de resistência ao totalitarismo e à opressão. Ela acreditava que a capacidade de se expressar e de se envolver em discussões políticas era fundamental para a preservação da liberdade e da dignidade humana. Em regimes totalitários, o diálogo é reprimido e a dissidência é silenciada, levando à alienação e à desumanização dos indivíduos.

Na teoria política arendtiana, a discussão pública não é apenas um meio de alcançar objetivos políticos, mas também um fim em si mesma. O diálogo e o debate são vistos como formas de enriquecer a vida política, promovendo a reflexão crítica e a participação ativa dos cidadãos na esfera pública. Ao valorizar o diálogo e a discussão pública, Arendt defendia uma visão de política baseada na igualdade, na liberdade e no respeito mútuo entre os cidadãos.

3.2 Como a educação pode cultivar espaços de diálogo inclusivo e respeitoso

A educação desempenha um papel fundamental na promoção de espaços de diálogo inclusivo e respeitoso, nos quais os alunos podem aprender a se engajar de maneira construtiva com diferentes perspectivas e experiências. Aqui estão algumas maneiras pelas quais a educação pode cultivar tais espaços:

- Promover a diversidade: as instituições educacionais podem promover a diversidade de perspectivas, experiências e identidades entre os alunos, criando um ambiente onde todas as vozes sejam valorizadas e respeitadas. Isso pode envolver a adoção de políticas de admissão inclusivas, o recrutamento de professores de diferentes origens e a incorporação de materiais curriculares diversos e representativos.
- Fomentar o respeito mútuo: os educadores podem ensinar e modelar comportamentos de respeito mútuo e empatia, incentivando os alunos a ouvir atentamente as opiniões dos outros e a reconhecer a validade de diferentes pontos de vista. Isso pode ser alcançado por meio de atividades de discussão em sala de aula, exercícios de empatia e projetos colaborativos que incentivem a cooperação e o trabalho em equipe.
- Desenvolver habilidades de comunicação: A educação pode ajudar os alunos a desenvolver habilidades eficazes de comunicação, que lhes permitam expressar suas ideias de forma clara e respeitosa, bem como ouvir ativamente e responder de maneira construtiva aos pontos de vista dos outros. Isso pode envolver a prática de técnicas de comunicação não violenta, o desenvolvimento de habilidades de escuta ativa e a promoção de um clima de abertura e confiança na sala de aula.
- Encorajar o pensamento crítico: os educadores podem incentivar os alunos a pensar criticamente sobre questões complexas e controversas, desafiando-os a questionar pressupostos, examinar evidências e considerar uma variedade de perspectivas antes de chegar a suas próprias conclusões. Isso pode envolver a utilização de métodos de ensino baseados em problemas, o debate estruturado e a análise de fontes diversas e conflitantes.

- Resolver conflitos de forma construtiva: a educação pode fornecer aos alunos ferramentas e estratégias para resolver conflitos de forma construtiva e não violenta, promovendo o diálogo e a negociação como meios de resolver diferenças e alcançar soluções mutuamente satisfatórias. Isso pode envolver a implementação de programas de mediação de pares, a oferta de treinamento em resolução de conflitos e a criação de espaços seguros para a expressão de emoções e preocupações.

A educação desempenha um papel crucial na criação de espaços de diálogo inclusivo e respeitoso, nos quais os alunos podem aprender a se engajar de maneira construtiva com diferentes perspectivas e experiências. Ao promover a diversidade, fomentar o respeito mútuo, desenvolver habilidades de comunicação, encorajar o pensamento crítico e resolver conflitos de forma construtiva, as instituições educacionais podem ajudar a construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

A discussão sobre o papel da responsabilidade política na promoção da inclusão na educação é essencial para compreendermos como os agentes políticos podem influenciar e promover políticas e práticas educacionais que garantam a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de sua origem étnica, socioeconômica, cultural, de gênero ou de qualquer outra característica.

A responsabilidade política na promoção da inclusão na educação implica o reconhecimento do Estado e de seus representantes, bem como de outras entidades políticas e sociais, de que é necessário adotar medidas eficazes para combater a exclusão e promover a participação equitativa de todos os alunos nos sistemas educacionais. Isso envolve não apenas a criação de leis e políticas que garantam o acesso igualitário à educação, mas também a alocação de recursos adequados para implementar essas políticas de forma eficaz.

Além disso, a responsabilidade política na promoção da inclusão na educação requer o envolvimento ativo de todos os atores da sociedade, incluindo governos, escolas, professores, pais, alunos e organizações da sociedade civil. Isso implica uma abordagem colaborativa e participativa, na qual todas as partes interessadas trabalham juntas para identificar e superar as barreiras que impedem a plena participação de todos os alunos na vida escolar.

É importante destacar que a responsabilidade política na promoção da inclusão na educação vai além da simples implementação de medidas antidiscriminatórias ou de ações afirmativas. Ela requer uma abordagem holística e integrada, que leve em consideração não apenas as necessidades individuais dos alunos, mas também as estruturas sociais, econômicas e culturais que perpetuam a exclusão e a desigualdade.

Nesse sentido, a responsabilidade política na promoção da inclusão na educação exige um compromisso contínuo com a igualdade de oportunidades e a justiça social, bem como uma disposição para enfrentar e superar os desafios e resistências que inevitavelmente surgem ao longo do caminho.

A responsabilidade política na promoção da inclusão na educação é fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam capazes de desenvolver todo o seu potencial. Isso requer um compromisso sério e contínuo com a igualdade de oportunidades, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos de todos os alunos.

3.3 Exemplos de práticas educacionais que incentivam a participação ativa e responsável dos alunos na comunidade escolar

Existem diversas práticas educacionais que incentivam a participação ativa e responsável dos alunos na comunidade escolar, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais colaborativo, engajado e inclusivo. Abaixo, destacar-se-á alguns exemplos dessas práticas:

Conselhos de turma ou de classe: esses conselhos oferecem aos alunos a oportunidade de se envolverem ativamente na gestão de questões relacionadas ao seu ambiente escolar. Eles podem discutir questões como o uso de fundos da turma, a organização de eventos escolares e a implementação de iniciativas para melhorar o clima escolar. Isso não apenas capacita os alunos a exercerem liderança e responsabilidade, mas também promove um senso de pertencimento e comunidade na sala de aula.

Projetos de serviço comunitário: projetos de serviço comunitário envolvem os alunos em atividades práticas que beneficiam a comunidade local. Isso pode incluir programas de voluntariado em abrigos de sem-teto, lares de idosos, organizações de caridade ou projetos de preservação ambiental. Participar dessas atividades não apenas desenvolve habilidades práticas e empatia nos alunos, mas também os incentiva a se tornarem cidadãos ativos e responsáveis, engajados em questões sociais relevantes.

Assembleias escolares e fóruns de discussão: as assembleias escolares e os fóruns de discussão oferecem aos alunos a oportunidade de expressar suas opiniões, discutir questões relevantes e tomar decisões coletivas sobre assuntos que afetam suas vidas escolares. Esses espaços promovem o diálogo aberto, a troca de ideias e a prática da democracia participativa, capacitando os alunos a exercerem sua voz e influência na comunidade escolar.

Clubes e grupos de interesse: os clubes e grupos de interesse permitem que os alunos se reúnam em torno de interesses comuns, como música, arte, esportes, ciência, entre outros. Esses espaços oferecem uma oportunidade para os alunos desenvolverem habilidades sociais, liderança e colaboração, enquanto exploram suas paixões e interesses pessoais. Além disso, os clubes podem desempenhar um papel importante na promoção da diversidade e inclusão, ao fornecer um ambiente acolhedor e de apoio para alunos de diferentes origens e identidades.

Conselhos estudantis e comissões de alunos: os conselhos estudantis e as comissões de alunos são órgãos representativos que permitem aos alunos participarem ativamente na governança escolar e na tomada de decisões. Eles podem ser responsáveis por organizar eventos escolares, representar os interesses dos alunos perante a administração escolar e coordenar iniciativas de melhoria escolar. Essas posições oferecem aos alunos uma plataforma para exercerem liderança, defenderem seus colegas e contribuírem para a construção de uma comunidade escolar mais inclusiva e democrática.

Esses exemplos de práticas educacionais demonstram como os alunos podem ser envolvidos de maneira ativa e responsável na comunidade escolar, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais participativo, engajado e democrático. Ao oferecer oportunidades para os alunos exercerem liderança, colaboração e responsabilidade, essas práticas contribuem para o desenvolvimento de cidadãos ativos, conscientes e comprometidos com o bem-estar da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos na pesquisa revelam uma série de percepções significativas sobre a relação entre diversidade, inclusão e educação na perspectiva de Hannah Arendt. Ao analisar as obras de Arendt e as entrevistas realizadas com educadores e especialistas na área, emergem alguns resultados chave que corroboram as hipóteses de pesquisa e fornecem novas perspectivas sobre o tema.

Primeiramente, os dados destacam a importância da educação como um espaço crucial para cultivar o juízo político dos indivíduos, conforme sugerido pela teoria de Arendt. Enfatizou-se a necessidade de promover ambientes educacionais que incentivem o pensamento crítico, o diálogo aberto e o debate saudável sobre questões políticas, a fim de preparar os alunos para uma participação ativa na vida pública.

Além disso, evidenciou-se a relevância da diversidade e inclusão na formação do juízo político. Destacou-se a importância de reconhecer e valorizar as diferentes identidades, experiências e perspectivas dos alunos, criando assim um ambiente onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. Isso não apenas enriquece a experiência educacional dos alunos, mas também os prepara para uma participação mais significativa na esfera pública.

Ao interpretar esses resultados à luz da fundamentação teórica, observa-se uma consistência significativa com os conceitos e teorias apresentados por Hannah Arendt e outros autores relevantes. Arendt argumenta que a diversidade é uma característica intrínseca da condição humana e que a inclusão é essencial para a promoção do diálogo e da ação política. Os resultados da pesquisa confirmam essa visão, colocando em relevo a importância de criar ambientes educacionais inclusivos que valorizem e celebrem a diversidade.

Além disso, ao discutir os resultados com a literatura relevante, encontra-se apoio para a ideia de que a educação desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade e inclusão na sociedade. Autores como bell hooks², Paulo Freire e Gloria Ladson-Billings também enfatizam a importância de reconhecer e confrontar as estruturas de poder e privilégio que perpetuam a exclusão e marginalização de grupos minoritários na educação.

Os resultados da pesquisa oferecem suporte às hipóteses de pesquisa e contribuem para uma compreensão mais profunda da relação entre diversidade, inclusão e educação na perspectiva de Hannah Arendt e da literatura relevante. Eles destacam a importância de promover ambientes educacionais que valorizem a diversidade e cultivem o juízo político dos alunos, preparando-os para uma participação ativa e responsável na vida pública.

CONCLUSÕES

A recapitulação dos principais pontos discutidos no artigo destaca a interconexão entre diversidade, inclusão, educação e formação do juízo político, sob a perspectiva da filosofia de Hannah Arendt. Primeiramente, o artigo abordou a importância da educação como um espaço

² Gloria Jean Watkins (Hopkinsville, 25 de setembro de 1952 - Berea, 15 de dezembro de 2021), mais conhecida pelo pseudônimo **bell hooks** (escrito em minúsculas), foi uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista estadunidense. hooks publicou mais de trinta livros e numerosos artigos acadêmicos, apareceu em vários filmes e documentários, e participou de várias palestras públicas. Sua obra incide principalmente sobre a interseccionalidade de raça, capitalismo e gênero, e aquilo que hooks descreve como a capacidade destes para produzir e perpetuar sistemas de opressão e dominação de classe. hooks teve uma perspectiva pós-moderna e foi influenciada pela pedagogia crítica de Paulo Freire.¹ Em 2014, fundou o *bell hooks Institute* com sede no Berea College, em Berea, Kentucky.

crucial para cultivar o juízo político dos indivíduos, destacando a necessidade de promover ambientes educacionais que incentivem o pensamento crítico e o diálogo aberto sobre questões políticas.

Em seguida, foram exploradas as concepções de diversidade e inclusão na perspectiva de Arendt, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar as diferentes identidades, experiências e perspectivas dos alunos na formação do juízo político. A diversidade foi vista como uma característica intrínseca da condição humana, enquanto a inclusão foi destacada como essencial para promover o diálogo e a ação política.

Além disso, o artigo discutiu os resultados da pesquisa, que corroboraram as hipóteses de que a educação desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade, inclusão e formação do juízo político. Os resultados destacaram a importância de criar ambientes educacionais inclusivos que valorizem a diversidade e cultivem o pensamento crítico dos alunos.

Por fim, enfatizou a relevância sob os primas teóricos e empíricos apresentados no artigo para a compreensão mais ampla da relação entre diversidade, inclusão, educação e formação do juízo político. Os principais pontos discutidos ressaltaram a importância de uma abordagem holística e inclusiva na educação, que reconheça e celebre a diversidade de experiências e perspectivas humanas, preparando assim os alunos para uma participação ativa e responsável na vida pública.

O destaque das contribuições da perspectiva arendtiana para o entendimento da relação entre educação, diversidade e formação do juízo político oferece uma compreensão profunda e abrangente dos mecanismos subjacentes a esses fenômenos. A filosofia política de Hannah Arendt traz contribuições valiosas para esse entendimento, fornecendo insights sobre a natureza da ação política, a importância da pluralidade humana e o papel da educação na formação do juízo político.

Em primeiro lugar, a perspectiva arendtiana destaca a importância da ação política como um meio fundamental para a participação ativa na vida pública. Arendt argumenta que a política não se limita à esfera institucional, mas é uma atividade que ocorre dentro do espaço público, onde os indivíduos se encontram e interagem uns com os outros. Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial ao preparar os alunos para uma participação significativa na vida política, cultivando habilidades como o pensamento crítico, o diálogo e a resolução de problemas.

Além disso, a perspectiva arendtiana destaca a importância da diversidade como uma característica intrínseca da condição humana. A filósofa de Hanover argumenta que a pluralidade de perspectivas e identidades enriquece a esfera pública, promovendo o debate saudável e a tomada de decisões informadas sobre questões políticas. Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial ao promover ambientes inclusivos que valorizem e celebrem a diversidade, preparando assim os alunos para uma participação mais significativa na vida política.

A perspectiva arendtiana ressalta a importância da reflexão e do julgamento político na formação de cidadãos engajados e responsáveis. Arendt argumenta que o juízo político não é meramente a aplicação de princípios morais ou éticos, mas envolve a capacidade de compreender e avaliar as questões políticas em sua complexidade. Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial ao cultivar a capacidade dos alunos de pensar de forma autônoma e de se engajar em debates racionais sobre questões políticas, preparando assim os cidadãos para uma participação ativa e responsável na vida pública.

Sugestões para pesquisas futuras e possíveis aplicações práticas das ideias aqui discutidas oferecem oportunidades para expandir o entendimento sobre a relação entre educação, diversidade e formação do juízo político, além de fornecer inspirações para intervenções práticas que promovam uma participação cívica mais significativa e uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Uma área de pesquisa promissora seria investigar mais a fundo os mecanismos pelos quais a educação pode influenciar a formação do juízo político, especialmente em contextos específicos, como escolas urbanas, comunidades rurais ou instituições de ensino superior. Isso poderia envolver estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento do juízo político ao longo do tempo e investiguem como diferentes abordagens pedagógicas e ambientes educacionais afetam esse processo.

De mais a mais, seria interessante explorar mais a fundo o papel da diversidade e inclusão na formação do juízo político, especialmente em contextos de alta diversidade étnica, cultural e socioeconômica. Isso poderia envolver estudos que examinem como as experiências de alunos de diferentes origens influenciam sua compreensão e engajamento com questões políticas, e como as escolas podem criar ambientes inclusivos que valorizem e celebrem essa diversidade.

Outra área de pesquisa promissora seria investigar as formas pelas quais as ideias discutidas neste artigo podem ser aplicadas na prática, tanto dentro quanto fora do ambiente

educacional. Isso poderia envolver o desenvolvimento e a implementação de programas educacionais que visam promover o pensamento crítico, o diálogo intercultural e a participação cívica ativa. Além disso, seria interessante explorar como as instituições políticas e sociais podem ser reformadas para promover uma participação mais inclusiva e representativa na esfera pública.

Em apertada síntese, há uma variedade de oportunidades para pesquisas futuras e aplicações práticas das ideias discutidas neste artigo. Ao investigar mais a fundo a relação entre educação, diversidade e formação do juízo político, podemos expandir nosso conhecimento sobre esses temas e desenvolver intervenções mais eficazes para promover uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, 13ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

_____. **A Promessa da Política**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 84ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LADSON-BILLINGS, Gloria. **The Dreamkeepers: Successful Teachers of African American Children**. 2nd Edition. USA: Jossey-Bass, 2009.